

DIAGNÓSTICO DA ACESSIBILIDADE ESTRUTURAL DO CAMPUS LEIGA DA UFPEL

ESTER NÖRNBERG¹; JÉSSICA SCHERDIEN²; RENATA CRISTINA ROCHA DA SILVA³

¹ Discente do curso de Terapia Ocupacional da UFPEL;

² Discente do curso de Terapia Ocupacional da UFPEL;

³ Orientador Docente do curso de Terapia Ocupacional da UFPEL;

renata.cris@terra.com.br

1. INTRODUÇÃO

Este relato apresenta uma ação do Projeto de extensão Terapia Ocupacional Acessibilidade e Inclusão que tem como objetivo garantir e aprimorar o acesso das pessoas com deficiência a todos os espaços, ambientes, ações e processos necessários para a melhor qualidade de vida no desempenho ocupacional, buscando seu pleno desenvolvimento pessoal, social, acadêmico e profissional. A intervenção foi realizada no campus da Faculdade de Medicina – LEIGA da Universidade Federal de Pelotas UFPEL.

Pertencer a uma comunidade e estar incluído socialmente é direito de todas as pessoas. Assim, políticas públicas de inclusão social têm como objetivo desenvolver ações para combater qualquer desigualdade, exclusão ou restrição feita com o propósito de impedir ou impossibilitar o reconhecimento, desfrute ou exercício de direitos, em igualdade de condições, valorizando e estimulando o protagonismo e as escolhas de cada uma das pessoas. (Plano viver sem limites).

Acessibilidade deve fazer parte da vida de todas as pessoas independentemente de suas características individuais, deve estar presente em todos os espaços garantindo a melhoria da qualidade de vida.

Os objetivos deste foram realizar o diagnóstico da acessibilidade estrutural do campus LEIGA da UFPEL; avaliar acessibilidade de espaços e ambientes; propor ações, modificações e adaptações; apresentar resultados para comunidade acadêmica da UFPEL; contribuir para as ações da PROPLAN e NAI.

2. METODOLOGIA

Foram realizadas medições de espaços da estrutura do campus da Faculdade de Medicina Leiga que atende aos cursos de Medicina, Psicologia e Terapia

Ocupacional, além de outros cursos da universidade. Também atende a população de município de Pelotas com a oferta de consultas e atendimentos ambulatoriais. Os espaços selecionados foram: Área de circulação, Ambulatórios, Prédio da Direção, Biblioteca, Prédio Morfologia, Prédio da Base das Técnicas Cirúrgicas e Anestesiologia e de Anatomia e Patológica, Xerox. Os registros foram feitos com uso de fita métrica e câmera fotográfica digital. Foi realizada a avaliação da acessibilidade ambiental baseada no Guia Prático de Acessibilidade, segundo normas da ABNT 9050/2004 e através de um registro fotográfico foi possível elaborar um quadro comparativo entre a realidade local e o estabelecido pela NBR 9050/04 (norma da ABNT sobre acessibilidade).

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Todos os espaços avaliados não oferecem acessibilidade universal, além disso o único ambiente que possui alguma acessibilidade não atende as reais necessidades das pessoas com dificuldade de mobilidade e com deficiência. A descrição atual dos espaços não corresponde as normas determinadas pela Norma Brasileira 9050:2004. Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos, o que dificulta o acesso tanto de alunos, de funcionários como de pacientes que circulam nas dependências deste campus. As inadequações vão desde altura de interruptores, largura de portas até vaga de estacionamento. Foi possível observar que não existe acessibilidade desde a entrada do campus até espaços internos dos quatro prédios localizados neste campus. Conforme ABNT a definição de acessibilidade é “acessibilidade é a possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização com segurança e autonomia”. Há a necessidade de restaurar, no cotidiano, o princípio da universalidade do acesso e a responsabilização das instâncias públicas pela saúde dos cidadãos. Isso deve ser implementado com a constituição de amarrações solidárias entre o profissional e a população, empenhados na construção coletiva tendo uma estratégia de trabalho que promova mudanças nas práticas dos serviços, a partir de princípios éticos, a defesa e a afirmação da dignidade de vida. Modificar essa situação necessita de interação entre os três domínios do governo (municipal, estadual e federal), os profissionais de saúde e a sociedade, pelo meio das instâncias de participação e de controle social do SUS (BRASIL, 2006).

4. CONCLUSÃO

O campus Leiga da UFPEL localizado na Avenida Duque de Caxias número 250 bairro fragata na cidade de Pelotas atende diretamente os cursos de medicina, psicologia e terapia ocupacional, assim como alunos de outros cursos, além de espaços de atendimento ao público como ambulatórios e bibliotecas. Foi realizada avaliação da acessibilidade deste campus que evidencia que a realidade de que o espaço não é acessível, não apresentando acesso a vários de seus setores, desde salas de aula, banheiros até locais de atendimento a pacientes. A avaliação foi baseada no documento que estabelece os parâmetros e critérios técnicos para certificar a acessibilidade é a Norma Brasileira NBR 9050/2004 – Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos, emitida pela ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Dentre os objetivos da Norma reproduzimos: Esta Norma visa proporcionar à maior quantidade possível de pessoas, independentemente de idade, estatura ou limitação de mobilidade ou percepção, a utilização autônoma e segura do ambiente, edificações, mobiliário, equipamentos urbanos e elementos. É de extrema importância que um espaço público com as características desta universidade, tenha a preocupação em proporcionar acessibilidade universal preconizada pela organização mundial da saúde e pelo governo federal. Oferecer ensino para todos e atendimento à comunidade com eficiência torna-se tarefa incompatível com a realidade da estrutura sem acessibilidade deste campus da saúde. Portanto os resultados deste trabalho buscam contribuir para a urgente necessidade de adaptações, considerando o desenho universal e a acessibilidade para todos pacientes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABNT. Norma Brasileira 9050:2004. Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. 2.ed. Rio de Janeiro, 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde. Manual de legislação em saúde da pessoa com deficiência. Secretaria de Atenção a Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Brasília, 2006. 2.ed. p. 15-17.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos. Plano Viver Sem Limite – Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Ministério da Saúde. Brasília, 2011.

IBGE; OLIVEIRA, Luiza Maria Borges; SDH/PR, Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; SNPD, Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência; Coordenação-Geral do Sistema de Informações sobre a

Pessoa com Deficiência. Cartilha do Censo 2010 – Pessoas com Deficiência.
Brasília: SDH-PR/SNPD, 2012.